



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150847 - AL (2021/0233963-8)

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**RECORRENTE** : WASHINGTON LUIZ SILVA FREIRE (PRESO)  
**ADVOGADO** : CARLOS DOUGLAS NUNES DE OLIVEIRA PALAGANI -  
AL015788  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS  
**CORRÉU** : NELSON DE OLIVEIRA

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por WASHINGTON LUIZ SILVA FREIRE contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (HC n. 0803307-63.2021.8.02.0000).

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante como incurso no artigo 33 da Lei n. 11.343/2006, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da prisão cautelar.

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do acusado poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Defende que os predicados pessoais do agente permitiriam que respondesse ao processo em liberdade.

Argumenta que, nos termos do princípio da homogeneidade, mostrar-se-ia ilegítima a prisão preventiva do recorrente, uma vez que mais gravosa que a própria sanção eventualmente aplicada em hipótese de condenação

Alega, por fim, que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que seja concedida a liberdade provisória ao recorrente, expedindo-se o alvará de soltura.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do acórdão combatido (e-STJ fls. 314/315):

[...]

*No caso em exame, oportuna a transcrição de trechos da decisão que entendeu pela necessidade do acautelamento, o que se verifica em documento exarado às fls. 74/78 dos autos em apreço:*

*[...]Em análise detida no presente caderno procedimental tem - se a existência de indícios suficientes de autoria delitiva (imputados presos em flagrante delito), bem como a demonstração da materialidade delitiva (apreensão de substâncias tidas como entorpecentes,*

prontas para comercialização, conforme auto de exibição e apreensão de p.

08/09, razão pela qual procedo à análise dos demais requisitos autorizadores da prisão preventiva, conforme bem dispõe o art. 313, do CPP. Presente o risco à garantia da ordem pública, ao se considerar o modus operandi da conduta, no qual os flagrados foram presos na posse de drogas, a saber, 10kg de maconha, a qual se encontrava estava fracionada em dez tabletes. Vê-se, ainda, que o autuado Nelson de Oliveira é reincidente, tendo praticado o crime utilizando torneira eletrônica.

A prisão cautelar requerida mostra-se totalmente justificável, tendo em vista a revolta social que esse tipo de crime provoca na sociedade. Há de ser ressaltado que, delitos dessa natureza causam um grande temor à Sociedade e à Ordem Pública, onde a liberdade dos Acusados prejudicaria a instrução criminal e a aplicabilidade da lei penal, bem como poderia acarretar a reiteração de novas práticas delituosas desta natureza. Insta esclarecer, ainda, que não se vislumbra, neste momento, a aplicação das medidas cautelares introduzidas pela Lei 12.403/2011, haja vista estas serem inadequadas para o caso concreto, pois não se coadunam com a gravidade do delito praticado, impedindo a aplicação de qualquer das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP. Outrossim, a prática delituosa imputada aos Autuados é insuscetível de fiança, conforme dispõe o art. 323, inciso II do Código de Processo Penal. Não se pode dizer que tal quantidade de drogas, apreendida, seria destinada ao uso. Portanto, não se vislumbra, neste momento, qualquer dos requisitos para a concessão da liberdade provisória ou de uma outra medida cautelar, que não seja a prisão preventiva. Ademais, é de se registrar que a primariedade e a existência de residência fixa não tem o condão, por si só, de obstar o decreto de prisão preventiva. Assim, o decreto da medida acautelatória requerida pelo Ministério Público, a fim de serem asseguradas a aplicação da lei penal e a garantia da ordem pública mostra-se imperiosa. Infrações penais desta natureza trazem uma nocividade exacerbada para a sociedade, mostrando-

*se necessária o decreto da prisão preventiva.[...] Diante do que foi exposto, por não existirem vícios formais ou materiais que venham a macular o auto de prisão em flagrante, HOMOLOGO O AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE, e DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA dos autuados Washington Luiz Silva Freire e Nelson de Oliveira, com relação aos crimes previstos no art. 33 da Lei nº 11.343/06, nos termos dos artigos 312 e 313, inciso I do Código de Processo Penal a ser cumprido pela Autoridade Policial.[...]*

*Desse modo, é necessário que se reconheça a existência dos pressupostos da prisão preventiva, consistentes na prova da materialidade delitiva e em indícios de autoria em desfavor do paciente, além do perigo na liberdade deste — preso na posse de nada menos do que 10 kg (dez quilos) de maconha dividida em 10 tabletes.*

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência